

O MUSEU AEROESPACIAL: na trilha do seu acervo

Fabiana Costa Dias¹
João Marcus Figueiredo Assis²
Junia Guimarães e Silva³

RESUMO: A proposta desse artigo é apresentar o percurso inicial do projeto de pesquisa intitulado *O Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo*, selecionado pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O projeto tem como objeto identificar qual (ais) instituição (ões) ou pessoa (as) está (ão) representada (s) no arquivo histórico do Museu Aeroespacial. Para tal, serão estudadas a jurisdição, os regulamentos, os regimentos e as publicações da Força Aérea Brasileira para compreender a organização do Museu Aeroespacial e seu arquivo histórico. Como quadro teórico serão usados os conceitos de arquivo permanente e de arquivo histórico. Sendo assim, esse artigo está dividido em três seções. A primeira seção consiste no relato de construção do objeto e os objetivos da pesquisa. A segunda seção apresentará os marcos conceituais utilizados na pesquisa: arquivo histórico e arquivo permanente. A terceira seção descreverá como o Museu Aeroespacial e seu arquivo histórico foram criados e qual a sua relação com Centro de Documentação da Aeronáutica, CENDOC. Como se trata de uma pesquisa em andamento, os dados apresentados são parciais.

Palavras-chave: Arquivo Permanente. Arquivo Histórico. Museu.

THE AEROSPACE MUSEUM: on the trail of its collection

ABSTRACT: The purpose of this article is to present the initial course of the research project entitled *O Museu Aeroespacial: na trilha do seu acervo*, selected by Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). The project has the purpose to identify which one (s) institution (s) or person (as) is (are) represented (s) in the historical archive of the Aerospace Museum. This will be studied the jurisdiction, regulations, regulations and publications of the Brazilian Air Force to understand the organization of the Aerospace Museum and its historical archive. As a theoretical framework will be used the concepts of permanent archive and historical archive. Therefore, this article is divided into three sections. The first section consists of the object construction report and the research objectives. The second section presents the conceptual framework used in the research: historical and permanent archive file. The third section will describe how the Aerospace Museum and its historical archive were created and what is its relationship with Air Force Documentation Center, CENDOC. As this is an ongoing study, the data presented are partial.

Keywords: Archives. Historical Archive. Museum.

¹ Museu Aeroespacial, mestranda em Gestão de Documentos e Arquivo (PPGARQ-UNIRIO), fabiana78@gmail.com

² Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Dr. em Ciências Sociais, jmfassis@hotmail.com

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Dra. em Ciência da Informação, juniag2010@gmail.com

1 OS PASSOS PARA ELABORAÇÃO DO OBJETO

A construção do objeto, em algumas situações, requer um amadurecimento intelectual e um tempo gestacional. Entretanto, antes da apresentação de como se desdobrou a elaboração do objeto a ser estudado no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ), faz-se necessário mencionar o *locus* onde esse projeto técnico-científico foi pensado. O lugar da fala é o Museu Aeroespacial (MUSAL), mais especificamente, a seção Arquivo Histórico dessa instituição. O MUSAL é uma Organização Militar (OM) da Força Aérea Brasileira (FAB), criado em 1973, localizado no Campo dos Afonsos, no bairro de SULACAP, na cidade do Rio de Janeiro, e tem como finalidade “preservar a memória da Aeronáutica Brasileira por intermédio do seu acervo histórico” (BRASIL, ROCA 21-41, p.7).

Quando se ingressa em um programa de pós-graduação, não se imagina o percurso de construção e reconstrução que, algumas vezes, tanto o sujeito quanto o objeto a ser estudado vão passar. Portanto, as alterações aqui apresentadas são fruto de tentativas de se entender o *locus* do trabalho, como se constitui o arquivo histórico, suas relações com o Museu Aeroespacial, com a Força Aérea Brasileira e de que modo poderia ser transformado em um objeto de estudo.

O projeto apresentado para ingressar no programa de pós-graduação consistiu em estudar um grupo de documentos referente ao I Grupo de Aviação de Caça custodiados no arquivo histórico do Museu Aeroespacial. Nessa proposta, tinha-se a intenção de identificar se esse conjunto documental era um arquivo ou uma coleção e organizar um quadro de arranjo. Com a nomeação para o cargo de chefia da seção Arquivo Histórico do MUSAL, a compreensão e o olhar sobre essa documentação e sobre o acervo modificou-se.

Ao assumir a chefia, a expectativa era encontrar um acervo arquivisticamente organizado⁴, o que não aconteceu. A medida que as rotinas da seção aconteciam, observo-se que não existia nenhum instrumento de pesquisa que apresentasse o arquivo histórico de uma maneira ampla. Juntamente com isso, as pesquisas sobre o acervo trouxeram evidências de que não era possível reconhecer e identificar como o mesmo era constituído.

Somado a isso, os responsáveis pela organização do acervo, anteriores a atual gestão do arquivo, não deixaram documentado as escolhas seguidas nem a metodologia de trabalho. A existência de dois livros de protocolo, com as transferências de coleções, arquivos e peças

⁴ Arquivisticamente organizado significa ter os documentos arquivísticos identificados em fundos, os princípios da proveniência e ordem original mantidos sem a perda da organicidade.

documentais para o arquivo histórico não dão conta de todo acervo e as informações são sucintas. O que existe é uma ferramenta, em base *access*, denominada Aerodados, com alguns itens do acervo cadastrado. Entretanto, em relação à arquivologia, os campos fundo e descrição da ficha do Aerodados possuem funções completamente diferentes a essa disciplina. Na planilha do Aerodados, o fundo é o responsável pela escolha do assunto e são noventa e nove possibilidades. Nessa mesma planilha, a descrição cumpre o papel de identificar o que está reproduzido em cada caixa. No entanto, nessa ferramenta não estão cadastrados todos os documentos do arquivo.

Ao lado disso, foram realizadas visitas à área de guarda, com a proposta de identificar o que poderia constituir o acervo. O que primeiramente foi identificado, é uma organização parcelada, por suportes, por assunto e/ou por item documental. Sendo assim, existe uma divisão: por álbuns fotográficos; por documentos textuais organizados por assuntos, o mesmo vale para as fotografias avulsas; cadernetas de voo em ordem alfabética; negativos de vidro em numeração cronológica; dossiês de fotografias de aeronaves, mapas, rolos de filme de 35mm e 16mm; negativos e slides sem identificação. Em alguns casos é possível relacionar esses conjuntos com o que está no Aerodados, mas são poucas as situações. Outra observação feita nessas visitas é que existe muito conteúdo sem identificação. O que parece é que a documentação institucional do museu está misturada com documentos de outras organizações militares e com doações.

Feita essa avaliação preliminar e com as primeiras aulas de metodologia de pesquisa, o projeto foi repensado. Naquele momento, o estudo estava relacionado a um grupo de documentos. Com o cargo de chefia assumido, a responsabilidade de entender o acervo como um todo se tornou urgente. Então, o interesse foi ampliado. De um conjunto de documentos do acervo, ele passou a abranger todo o arquivo histórico. Dessa forma, o fazer de chefe do arquivo histórico se misturou com o objeto e tornou-se fruto da relação: mestrandarquivista-chefe do arquivo histórico.

Como se tornou urgente se saber do que o arquivo histórico era constituído, o inventário se mostrou uma boa alternativa. Sendo assim, a necessidade de elaborar um inventário do acervo fechou o primeiro semestre do mestrado. Mas, nada definido sobre o que fazer com o mesmo.

Ao longo do segundo semestre, com a escolha do orientador e co-orientador⁵, as primeiras reuniões foram marcadas, e durante as conversas foi estabelecido que seria fecundo

⁵ O Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos define as orientações após o primeiro semestre de aula.

relacionar o inventário com o conceito de memória institucional. Leituras sobre esse conceito foram iniciadas e as primeiras escritas sobre isso se deram. A proposta então, nesse momento estava voltada para relacionar os documentos inventariados do arquivo histórico com a memória institucional.

Ao mesmo tempo, o inventário foi iniciado e as caixas-arquivo de documentos textuais foram as primeiras a serem abertas. Ao total são 180 caixas-arquivos e até hoje foram inventariadas 80. Esse procedimento foi importante para evidenciar um aspecto que vem sendo estudado: qual metodologia de organização foi empregada pelo arquivo histórico nos documentos? Desde as primeiras visitas à área de guarda e buscas no Aerodados foi observado que os documentos pareciam estar organizados em temas ou assuntos. Para se certificar dessa desconfiância, foram estudadas as atribuições do arquivo histórico nos regulamentos e nos regimentos do Museu Aeroespacial.

O MUSAL já teve quatro regulamentos publicados, e segundo os mesmos foi possível entender as finalidades do arquivo e das divisões a que estava subordinado e observar qual era o tipo de tratamento dado ao conjunto documental. O arquivo esteve subordinado à Divisão de Documentação (nos regulamentos de 1977 e 1982). Depois e até os dias de hoje, à Divisão de Museologia (nos regulamentos de 1987 e 2005). Nos três primeiros regulamentos, tanto as finalidades das divisões, como as seções de arquivo tinham o objetivo da manutenção de listagem de catalogação e teriam que inventariar, registrar e tomar o acervo. Nesse sentido, as atividades estavam voltadas para área de museologia, em detrimento da área de arquivologia. Em arquivos históricos são realizadas as tarefas de descrição. Com a publicação do regulamento de 2005 do Museu Aeroespacial, as seções de arquivo histórico e arquivo fotográfico foram unidas em uma só e suas competências esboçavam mais características arquivísticas do que museológicas, se afastando de um colecionismo de museu. Entretanto, a apresentação da organização do arquivo histórico do MUSAL ainda hoje é marcada por uma metodologia museológica.

Essa conclusão indicou que não seria possível a elaboração de um inventário nos moldes da arquivologia já que o colecionismo foi predominante na organização do acervo. Como os documentos foram organizados por assuntos semelhantes, o inventário deveria ser elaborado por peça documental e não por séries. Dessa forma, ao invés de produzir um inventário, os orientadores sugeriram um diagnóstico.

Outro ponto que determinou a mudança foi a impossibilidade e inviabilidade de relacionar a memória institucional somente com os documentos de arquivo. Na realidade, para isso ser feito, seria necessário fazer um levantamento de outros conjuntos documentais que

não estariam somente no arquivo histórico, mas sim em todas as seções do MUSAL. Devido ao pouco tempo do curso de mestrado, essa opção foi descartada.

O inventário, ou melhor, o diagnóstico continuou a ser realizado devido a urgência de se conhecer do que é constituído o acervo. Estudos mais aprofundados sobre a organização do Museu Aeroespacial e seu acervo também foram continuados. A partir da união entre esses dois pontos, diagnóstico e estudos, foi possível repensar o objeto dessa dissertação. Como foi visto, o nome da seção onde estão os conjuntos documentais é arquivo histórico. Essa nomenclatura e uma ausência de política de aquisição de acervos arquivísticos permitiram que tudo que tivesse uma atribuição histórica fosse enviado ao arquivo histórico. O diagnóstico, até aqui elaborado, está servindo para estruturar uma proposta de diretrizes a serem adotadas pelo Museu Aeroespacial com a finalidade de adquirir conjuntos arquivísticos.

Nesse sentido, o diagnóstico trará informações sobre a constituição do acervo do arquivo histórico e será o ponto de partida para se pensar quem e o que ele representa. Portanto, o objeto dessa dissertação de mestrado será identificar qual (ais) instituição (ões) ou pessoa (as) está (ão) representada (s) no arquivo histórico.

A construção do objeto durou um ano de leitura para ser elaborado. Leituras sobre: arquivologia; memória; regulamentos, regimentos, instruções do Comando da Aeronáutica e jurisdição tanto do Museu Aeroespacial quanto do Centro de Documentação da Aeronáutica. Definido o objeto, os objetivos específicos serão os seguintes:

- ✓ Elaboração do diagnóstico;
- ✓ Análise do diagnóstico;
- ✓ Proposta de diretrizes para aquisição de acervos arquivísticos.

Apresentado o percurso para se chegar ao objeto, em seguida serão introduzidos os marcos teóricos que auxiliaram na argumentação do projeto técnico-científico.

2 ARQUIVO HISTÓRICO X ARQUIVO PERMANENTE

Arquivo histórico e arquivo permanente são conceitos fundamentais para a discussão teórica. É importante frisar que todo arquivo permanente possui documentos com valor histórico. Contudo, o valor histórico é algo subjetivo e não pode predominar nas escolhas dos documentos permanentes. Os arquivos históricos, por um tempo, eram formados por documentos que recebiam a atribuição histórica. Na atualidade, o termo arquivo histórico não

é mais empregado por gerar imprecisões entre o que é ou não histórico. Ele abriu precedentes para incluir documentos que muitas vezes seriam descartados, documentos sem contexto e a predominância de peças documentais.

Cronologicamente, o termo arquivo histórico é anterior à arquivo permanente. O primeiro termo foi usado durante o período em que as

[...] instituições arquivísticas públicas caracterizavam-se pela sua função de órgãos estritamente de apoio à pesquisa, comprometidos com a conservação e acesso aos documentos considerados de valor histórico. A tal concepção opunha-se, de forma dicotômica, a de 'documento administrativo', cujos problemas eram considerados da alçada exclusiva dos órgãos da administração pública que os produziam e utilizavam (JARDIM, 1987, p.36).

O termo arquivo histórico esteve presente até início da implementação da gestão de documentos nos órgãos públicos. Em termos de data, após a segunda guerra mundial, a quantidade de documentos produzidos fez com que se pensassem em uma melhor maneira de gerenciar a documentação. Segundo Indolfo (2012),

Os Estados Unidos, entre outros países anglo-saxônicos, são considerados pioneiros, desde os anos 1940, na elaboração do conceito de gestão de documentos (records management) cuja visão, inicialmente mais administrativa e econômica do que arquivística, uma vez que tratava, essencialmente, de otimizar o funcionamento da administração, limitando a quantidade de documentos produzidos e o prazo de guarda [...] (INDOLFO, 2012, P.15).

Por mais que a proposta de gestão de documentos tenha surgido nos anos de 1940, Jardim (1988) mencionou o atraso brasileiro para a aplicação da gestão de documentos:

No Brasil, como na maioria dos demais países latino-americanos, perdurou o modelo de arquivo histórico do tipo tradicional, desvinculado dos interesses da administração pública e, por consequência, atendendo de forma insuficiente às demandas da pesquisa científica. A instituição de uma Divisão de Pré-Arquivo, em 1975, na estrutura organizacional do Arquivo Nacional constituiu, portanto, um marco importante (JARDIM, 1988, p.33).

A Divisão de Pré-Arquivo foi fruto da modernização do Arquivo Nacional com a possibilidade de deixar a instituição menos historicista (Jardim, 1988).

Com essa breve apresentação, foi possível se observar que o documento arquivístico, até a implementação de uma gestão de documentos, não era avaliado pelas suas características administrativas e sim pelo seu 'valor histórico'. A proposta de uma gestão de documentos

possibilitou que os mesmos fossem vistos como resultado de atividades administrativas, fiscais, legais e operacionais (Schellenberg, 1959), e sua avaliação fosse feita a partir disso. Como mencionou, Oliveira (2007),

A consolidação do modelo de arquivo histórico tem como um dos resultados a formação de arquivistas historiadores, especializados no tratamento dos documentos como testemunho histórico, não se atentando para o fato de que os documentos são constituídos em razão das necessidades de uma administração (OLIVEIRA, 2007, p.134).

O arquivo histórico formado por documentos a partir de uma atribuição histórica acabou por criar alguns problemas. Ao ser feito dessa forma, o valor histórico variava de uma instituição/pessoa para outra, ou seja, o acervo formado era resultado de escolhas pessoais. Conseqüentemente, o documento deixa de ser classificado e avaliado pelas funções e atividades que o registrou. Sobre os critérios de valor, Philip Brooks (2012) mencionou:

O exame das categorias de valor já nos levou ao amplo e indefinível campo de valor histórico. [...] De fato, a maioria dos documentos de arquivo que tem valor histórico possui-no não como documentos individuais, mas como conjuntos que, considerados como um todo, refletem as atividades de alguma organização ou pessoa ou retratam eventos e condições cotidianos mais propriamente do que como documentos singulares (BROOKS, 2012, p.154).

Assim como Brooks (2012), Camargo (2003) esclareceu que ao se optar por itens históricos ou grupos de documentos, os arquivos históricos acabam extraindo “sua autenticidade das relações que mantém com as demais unidades que integram o conjunto, [...] qualquer intervenção no sentido de romper seu equilíbrio originário acaba por “implodir” o próprio arquivo” (CAMARGO, 2003, p. 6). Ainda nesse texto, Camargo (2003) completa:

Há como que um circuito fechado entre o uso primário ou instrumental e o uso secundário ou de pesquisa, cujo rompimento pode resultar na perda da capacidade denotativa dos documentos, isto é, na perda da autenticidade. Quando isso ocorre, e o processo de avaliação tem concorrido para tanto, o arquivo acaba se transformando num centro de documentação ou memória (CAMARGO, 2003, p. 8).

A avaliação realizada por critérios de valor histórico, científico, biológico, estético, entre outros, acaba por distorcer a razão de criação dos documentos arquivísticos:

[...] la introducción de criterios históricos em la valoración distorsione el significado de los documentos seleccionados para ser conservados. [...] los

documentos deben ser seleccionados para revelar como se tomaron decisiones em el pasado, eliminando, em consecuencia, aquellos documentos irrelevantes a este fin (MENNE-HARITZ, 1994 citado por EASTWOOD, 2003, p.77).

É por conta dessas explicações, que a classificação e aplicação das tabelas de temporalidades são uma melhor alternativa para a organização dos arquivos permanentes e não arquivos históricos. A classificação “permite a compreensão do conteúdo dos documentos de arquivo dentro do processo integral de produção, uso e acesso à informação arquivística, mantendo os vínculos orgânicos específicos que possui com a entidade geradora” (INDOLFO, 2012, p. 21). Com a classificação estabelecida aplica-se a tabela de temporalidade, onde constarão os prazos de guarda e eliminação dos documentos arquivísticos. Os documentos que foram avaliados em permanentes farão parte consequentemente do arquivo permanente.

A denominação de arquivo permanente está relacionada a noção de ciclo vital de documentos que caminhou junto com a gestão de documentos. De acordo com Cruz Munde (2006), a noção de ciclo vital de documentos

fue enunciado por el archivero Philip Coolidge Brooks en 1940, cuando presentó en la reunión de la Society of American Archivists la ponencia titulada “What records shall we preserve” (“Qué documentos debemos conservar”). En ella introdujo el concepto del “life cycle of records”, argumentando el interés legítimo de los archiveros en la creación y gestión de los documentos. Así se creaba uno de los paradigmas de la archivística contemporánea, de enorme influencia hasta nuestros días, que en esencia viene a señalar que el documento tiene una vida similar a la de un organismo biológico, el cual nace (fase de creación), vive (fase de mantenimiento y uso) y muere (fase de expurgo) (CRUZ MUNDE, 2006, p.21)

Essa prática iniciou-se no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, em 1934, onde Brooks trabalhou⁶ e voltou o olhar arquivístico para divisão documental em corrente, intermediária e permanente.

O arquivo permanente é onde ficarão os documentos que já concluíram as suas atividades administrativas e valem para outros usos, secundário (Schellenberg, 1959). Enquanto que o valor primário se refere ao uso e fins administrativos, com objetivo de cumprir a função pela qual foi criado. A partir de agora ficou claro que o valor histórico é um dos usos que pode ser dado aos documentos permanentes.

Essa confusão entre arquivo histórico e permanente também pode ser compreendida do ponto de vista que os arquivos até a publicação do Manual de Arranjo e Descrição de

⁶ The University of Texas at Austin. UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/taro/utcah/02711/cah-02711.html> Acesso em: 30 jun.2016.

Arquivos, em 1898, eram refêns da história. Durante o século XIX, no quadro de desenvolvimento da História e do Positivismo, a documentação arquivística foi relegada a uma posição instrumental, uma disciplina auxiliar da História, ou seja, os arquivos foram considerados como fonte de pesquisa. A publicação desse Manual constitui um marco a partir do qual a arquivologia passou a se configurar como disciplina autônoma. Essa publicação abrangeu questões sobre origem e composição de arquivos, arranjo, descrição, estrutura do inventário, normas para descrição e uso de termo e sinais.

Com o desenvolvimento da arquivologia e o entendimento que o documento arquivístico é resultado de uma ação administrativa de um organismo ou pessoa, o valor histórico que era “dado” ao documento isoladamente deixa de existir. Mesmo porque um documento isolado não pode ser avaliado, o seu contexto administrativo precisa ser considerado para tal atividade arquivística (Schellenberg, 1959).

No âmbito do funcionamento de uma instituição, com efeito, os documentos de arquivo não resultam de um gesto especial de atribuição de sentido como ocorre com os documentos de museu; ao contrário, têm um caráter evidencial congênito, isto é, nascem para servir de instrumento ou prova de determinadas ações e são alheios a um eventual uso secundário que deles se possa fazer” (CAMARGO, 2002, p.7).

O uso secundário dado aos documentos é o efeito “bomerangue” que González Quintana (Camargo, 2002) mencionou, ou que “records and archives are triggers to memory, not memories themselves” (MILLAR, 2006, p.112) ou que Assmann (2011) sugeriu “ao contrário da memória corporificada sensorialmente nos corpos e nos lugares, o arquivo é separado destes e, é assim, abstrato e genérico” (ASSMANN, 2011, p. 25). A proposta aqui é mostrar que os usos secundários dados ao arquivo ficam a critério de cada pesquisador. Um mesmo conjunto de documentos pode ser usado para pesquisas com objetivos distintos, tudo vai depender do que se quer construir. A memória é promovida por esses estudiosos do arquivo.

Essa diferença entre o valor primário do documento, administrativo, e o valor secundário, histórico para pesquisa, é importante para entender como o acervo da seção do arquivo histórico do Museu Aeroespacial formou-se.

Na próxima seção serão apresentadas as primeiras análises realizadas a partir dos conceitos apresentados até agora. Para isso serão expostos como o Museu Aeroespacial e seu arquivo histórico foram criados e qual a sua relação com Centro de Documentação da Aeronáutica, CENDOC.

3 OS BASTIDORES DA ARQUIVOLOGIA NA FAB

O Museu Aeroespacial foi criado em 31 de junho 1973 e aberto ao público em 18 de outubro de 1976. Entretanto para que isso ocorresse, aconteceram algumas tentativas prévias para organizar o MUSAL. Para efeito desse artigo, serão apresentadas as que são de interesse direto na discussão. A primeira foi em 1943, o então ministro da Aeronáutica, Pedro Salgado Filho, através da Portaria nº237, determinou que José Garcia de Souza⁷ reunisse todo material da Escola de Aeronáutica para fazer parte do acervo do futuro Museu da Aeronáutica⁸. A segunda foi no ano de 1970, com a criação da Diretoria de Documentação e Histórico⁹ (DIRDOC) e ficou determinado por meio do seu regulamento que a mesma teria que “propiciar a organização, incrementar e supervisionar o Museu da Aeronáutica” (Decreto 67.555, 1970, Art. 6). A terceira e quarta ocorreram no ano de 1972, uma em 11 de abril, por meio da Portaria nº008/COMGEP e a outra, em agosto, por meio da Comissão Organizadora do museu. Por último, em julho de 1973, foi criado o Núcleo do Museu Aeroespacial que se tornou oficialmente essa Organização Militar (OM).

Com a criação da DIRDOC, o Museu da Aeronáutica foi um setor da Subdiretoria de Histórico e Documentação. Essa subdiretoria era formada pela Divisão de Histórico, Divisão de Cerimonial, pelo Museu da Aeronáutica e Arquivo da Aeronáutica. O Museu da Aeronáutica tinha como finalidade “retratar a história da Aeronáutica brasileira através da exposição do seu acervo histórico” (Decreto 67.555, 1970, Art. 20), enquanto que o Arquivo da Aeronáutica tinha como finalidade “prestar informações sobre os fatos e ocorrências passadas na vida administrativa das organizações do Ministério da Aeronáutica e de seu pessoal, obtidas da documentação judiciosa e devidamente preservada” (Decreto 67.555, 1970, Art. 19).

Com essas informações, surgiu um estranhamento, o material da Escola de Aeronáutica reunido por José Garcia de Souza deveria ter ido para o Arquivo da Aeronáutica

⁷ José Garcia de Souza se tornou um piloto civil em 1933, pelo Aeroclube do Brasil, foi representante dessa instituição no Congresso de Aeronáutica, em 1941, nos Estados Unidos. Foi diretor da Companhia Nacional de Navegação Aérea e membro da *Aviation Writers Association* (AWA). Também foi consultor das seguintes publicações *Aeronautical Digest Publishing*, *Aero Digest*, *Revista Aérea*, *Sportman Pilot* e *Avião* (Revista Esquadilha, ano II, nº13).

⁸ O Museu da Aeronáutica ficou nomeado dessa forma até 11 de outubro de 1972 e através do Aviso nº R-050/GM3, passou a ser denominado Museu Aeroespacial.

⁹A DIRDOC tinha por finalidade “o trato dos assuntos relativos ao expediente de arquivologia, de bibliologia, de histórico, de museologia e de cerimonial” (Decreto 67.555, 1970, Art. 1).

e não para o Museu da Aeronáutica. Isso porque esse material da Escola de Aeronáutica foi produzido e recebido por uma Organização Militar da Aeronáutica.

Contudo, muitos desses documentos foram parar no arquivo histórico do MUSAL. Assim, o que passou a existir, foram dois conjuntos de documentos, um organizado por José Garcia de Souza para o Museu da Aeronáutica e outro a ser formado para o Arquivo da Aeronáutica. Dessa maneira, muitos fundos foram divididos e perderam seus contextos.

Entre março de 1972 a agosto de 1973, a DIRDOC ficou temporariamente desativada e foi nesse intervalo que o Museu Aeroespacial foi criado, definitivamente, em julho de 1973. Ao voltar as atividades, a DIRDOC funcionou até o ano de 1977, pelo Decreto nº80.965, suas atribuições foram transferidas para o CENDOC. Atualmente essa OM a é responsável por “planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas à documentação, ao histórico, ao cerimonial militar e ao arquivo permanente do COMAER” (BRASIL, ROCA 21-28, p.7).

Para compreender como a Força Aérea Brasileira organizou e vem desenvolvendo suas atividades na área de arquivologia foram estudados quatro regulamentos do CENDOC, dos anos de 1978, 2001, 2005 e 2013. Dois aspectos foram analisados nesses regulamentos, a finalidade e competências dessa OM, restrita as atividades de arquivologia. Em relação a finalidade, o primeiro regulamento mencionou que tinha como tal “o trato de atividades de arquivologia” (Decreto 81.677, 1978). Enquanto que os três últimos regulamentos, todos eles mencionaram a finalidade à assuntos relativos a documentação e ao arquivo permanente.

Ao lado disso, em 1975, pela Portaria nº40/GM3, foi publicado o Sistema de Documentação do Comando da Aeronáutica (SISDOC). Após essa publicação, já foram republicadas mais três versões revisadas, uma de 1979, outra de 2010 e a última em 2015. O CENDOC é o órgão central do SISDOC e é vinculado ao Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGA). A finalidade do SISDOC é “planejar, orientar, coordenar, controlar e executar as atividades de Documentação no âmbito do Comando da Aeronáutica” (Portaria nº127/GC3, 2015). Além disso, suas atividades estão relacionadas com a gestão de documentos arquivísticos e bibliográficos. Ainda que o SISDOC tenha sido criado em 1975 e o CENDOC seja o seu órgão central, o Sistema de Documentação apenas apareceu no último regulamento dessa OM, em 2013. Arelado a isso, em 2011, foi publicado uma Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) sobre Avaliação de Documentos de Arquivo que tem por “finalidade normatizar o processo de avaliação de documentos arquivísticos produzidos, recebidos e acumulados no âmbito do COMAER” (ICA 214-3/2011). Essa instrução explica o que é gestão de documentos, o ciclo vital de documentos, a classificação e avaliação dos

documentos de arquivo, as atribuições das comissões e subcomissões de avaliação permanente e avaliação de documentos do COMAER, entre outros pontos. O papel do CENDOC é de orientar e coordenar as comissões e subcomissões. Como a Força Aérea Brasileira é constituída por 316 Organizações Militares foi necessário dividir a comissão em subcomissões, assim cada OM possui uma.

A partir dessa breve explicação, seguem-se algumas análises sobre a organização do acervo do MUSAL. Como foi visto, a prática de gestão de documentos na FAB é muito recente. No Museu Aeroespacial, a subcomissão de avaliação foi designada em junho de 2016, assim como nas outras OMs da instituição. Nesse sentido, pode-se afirmar que a ausência de uma gestão de documentos permitiu que conjuntos documentais da própria FAB fossem enviados para o arquivo histórico do Museu Aeroespacial. Por outro lado, a constituição do arquivo histórico na data de inauguração do MUSAL, compartilhava, como foi visto pelo Jardim (1988), da mesma prática arquivística de outras organizações. A grande questão foi manter uma atribuição de valor histórico até os dias de hoje, o que acarretou na estruturação mais parecida com um centro de memória do que um arquivo. O diagnóstico já vem apontando para isso, e assim como Brooks (2012) e Camargo (2003) sugeriram, o valor histórico é pelo conjunto e não pelo item documental, ao selecionarmos peças documentais “implodimos” o arquivo. Ao mesmo tempo, por outro lado, essas escolhas podem ser compreendidas do que se gostaria de formar nesse espaço.

A implementação tardia da gestão documental na Força Aérea Brasileira juntamente com uma falta de política de aquisição de documentos de arquivo no MUSAL autorizaram que um centro de memória fosse construído em detrimento de um arquivo. Um arquivo em museu também tem as suas características, ele tem tanto documentos institucionais (arquivos de museu) quanto documentos de doações (arquivos em museu). No caso do arquivo histórico do Museu Aeroespacial houve uma mistura entre esses dois tipos de acervo, e a não prática de gestão documental também alcançou os documentos institucionais que foram eleitos para estar nessa seção.

O diagnóstico vai auxiliar para identificar quais conjuntos documentais estão e não estão sob a custódia da seção arquivo histórico e identificar o que ele representa. Com a sua finalização, diretrizes para a elaboração de uma política de aquisição de documentos de arquivo poderá ser proposta. A escolha por uma política de aquisição aconteceu porque com a implementação das comissões e subcomissões de avaliação no âmbito da Aeronáutica, não se pode mais receber transferências de conjuntos documentais como era realizado anteriormente. Além do que, a política vai definir qual tipo de acervo poderá estar no MUSAL, estabelecerá

quais condições de doação devem ser adotadas e elas deverão estar de acordo com as linhas de pesquisa que o Museu Aeroespacial escolher seguir.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo apresentar o percurso para a construção de um objeto de pesquisa, a apresentação do problema, dos conceitos a serem estudados que estão em andamento no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos.

A apresentação do percurso percorrido para a elaboração do objeto é muito interessante, já que ele não é dado, ele precisou ser refletido e fez parte de um processo de construção. A medida que os estudos sobre o Museu Aeroespacial foram se aprofundando, a sua elaboração ficou mais evidente. Conseqüentemente, a pergunta se mostrou clara. Enganam-se os que acham que tudo que foi pesquisado foi perdido, já que o objeto foi reestruturado mais de uma vez. Ao contrário, esse processo de idas e vindas mostra que algumas tentativas foram buscadas e essas levadas a outras que funcionaram.

A escolha pelo diagnóstico também é reflexo desse caminho trilhado para a elaboração do objeto. Devido, inicialmente, a produção de um inventário é que se chegou a um diagnóstico, que não será o fim dessa pesquisa, mas servirá para uma proposta de diretrizes para aquisição de acervos arquivísticos. Até esse momento, a produção do diagnóstico juntamente com os estudos da jurisdição, regulamentos, regimentos e publicações internas do Comando da Aeronáutica, foi possível compreender a lógica de organização do acervo do Museu Aeroespacial e como as práticas arquivísticas foram e estão sendo implementadas e utilizadas no âmbito da Força Aérea Brasileira.

REFERÊNCIA

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

BRASIL.COMANDO DA AERONÁUTICA. **Portaria nº 711/GC3**, de 24 de julho de 2005. Aprova o Regulamento do Museu Aeroespacial, ROCA 21-41.

_____. **Portaria nº 311/GC3**, de 16 de março de 2005. Aprova o Regulamento do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica, ROCA 21-28.

_____. **Decreto nº 67.555** de 12 de novembro de 1970. Aprova o Regulamento da Diretoria de Documentação e Histórico e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 80.965** de 7 de dezembro de 1977. Extingue, no Ministério da Aeronáutica, a Diretoria de Documentação e Histórico, cria o Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 81.677** de 16 de maio de 1978. Aprova o Regulamento do Centro de Documentação e Histórico da Aeronáutica e dá outras providências.

_____. Diário Oficial. **Portaria nº237**, de 15 de dezembro de 1943.

_____. FORÇA AÉREA BRASILEIRA. Corpo de Cadetes do Ar. **Revista Esquadilha**, ano II, n. 13.

BROOKS, Philip Coolidge. Seleção de documentos para guarda permanente. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLVIII, p. 146-157, jan./dez. 2012. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2012A02.pdf . Acesso em: 06 maio 2016.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. In: **Registro**, v.1, n. 1, Jul. 2002 – Indaiatuba: Fundação Pró- Memória de Indaiatuba, 2002.

_____. Sobre o Valor histórico dos documentos. Arquivo Rio Claro: **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, n.1, p. 11-17, 2003.

CRUZ MUNDET, José Ramón. **Administración de documentos y archivos**: textos fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011.

EASTWOOD, Terry. La valoración archivística em las sociedades democráticas. **Tabula**: Revista de Archivos de Castilla y León / Asociación de Archiveros de Castilla y León, Salamanca, n. 6, p. 75-85, 2003.

INDOLFO, A.C. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.6, p. 13-37, 2012. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/ebooks/publicacoesagcrj/revistas_agcrj/revista_6/ . Acesso em: 06 maio 2016.

JARDIM, J.M. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 35-42, jul/dez. 1987.

_____. Do pré-arquivo à gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 33-36, jul/dez. 1988.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006.

OLIVEIRA, Maria Izabel. Classificação e Avaliação de documentos: normalização dos procedimentos técnicos de gestão documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.20, n.1/2, p. 133-148, jan./dez. 2007.

SCHELLENBERG, T.R. **A avaliação dos documentos públicos modernos**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

The University of Texas at Austin. UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARIES. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/taro/utcah/02711/cah-02711.html>. Acesso em: 30 jun.2016